

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2024 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FNDE**

**REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico nº 90014/2024**

**G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA (“Recorrida”)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.094.346/0001-45, com sede no SCN Quadra 02, Bloco A, Sala 602, Ed. Corporate Financial Center, Brasília/DF, CEP 70.712-900, vem, por meio de seu representante infrafirmado, com fulcro no Edital, apresentar

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto por **QUALIFICAR – GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA LTDA. (QUALIFICAR TI)** no bojo do Pregão Eletrônico nº 90014/2024, promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, pelos argumentos de fato e direito a seguir.

**I – TEMPESTIVIDADE**

O prazo conferido pelo órgão para a apresentação das contrarrazões recursais, conforme delimitado pelo Edital, se encerra no dia 29/01/2025.

Como o protocolo da presente petição observa o mencionado prazo, esta deve ser tida por tempestiva.

**II – SÍNTESE DA DEMANDA**

A G4F, a Recorrente, e outras empresas do ramo participaram de licitação promovida e organizada pelo FNDE, tendo por objeto a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços profissionais técnicos especializados em *business intelligence*, governança, gestão e análise de dados” (item 1.1 do edital).

Após a realização da sessão pública de lances, foram desclassificadas 4 (quatro) empresas, sendo a G4F posteriormente convocada e declarada vencedora do certame por ter apresentado proposta de menor preço que cumpria todas as exigências editalícias.

Irresignada, a QUALIFICAR interpôs Recurso Administrativo em face da mencionada decisão, requerendo a inabilitação da Recorrida, apontando, em síntese:

- a) Não atendimento do requisito de habilitação social previsto no art. 63, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021;



- b) que a G4F estaria impedida de licitar e contratar com a Administração Pública; e
- c) inexecuibilidade da proposta da G4F, pois apresenta fator-k inferior ao exigido no subitem 7.9.1 do Edital e não teria comprovado atender todos os requisitos previstos os itens 7.9.1.1, 7.9.1.2, 7.9.1.3 e 7.9.1.4 do edital.

Ocorre que, como será mais bem demonstrado a seguir, a G4F cumpre todas as exigências editalícias, devendo ser mantida inalterada a decisão que a declarou como vencedora do presente certame.

### III – DO CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL

#### III.I - Do atendimento do item 8.1 e do art. 63, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021

O Edital, no item 8.1, em atenção ao disposto no art. 63, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, exige como requisito de habilitação:

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021. (grifou-se)

Em cumprimento a tal requisito, a Recorrente devidamente apresentou declaração, comprovando o atendimento ao item, o que impôs sua habilitação no presente certame.

Ocorre que a Recorrente afirma que o conteúdo da declaração apresentada pela G4F seria falso, uma vez que a empresa não atenderia a cota legal para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, nos termos de certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Inicialmente, cumpre informar que, por estar sofrendo com a sua inabilitação indevida em diversos certames em razão das dificuldades enfrentadas para o preenchimento das vagas reservadas para pessoas com deficiência e reabilitados da previdência social, **a G4F ajuizou a Ação Cautelar n. 1040485-05.2024.4.01.3400, em face da União Federal, em tramitação na 4ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal.**

Naqueles autos, pleiteou-se, liminarmente, a suspensão de qualquer ato tendente a inabilitar ou desclassificar a G4F, nos procedimentos licitatórios federais, bem como a interromper ou encerrar contratos em execução, com base no descumprimento do art. 93 da Lei nº 8.213/91.

Na data de 06/08/2024, em sede de recurso, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região **proferiu decisão concedendo a liminar pleiteada para suspender qualquer ato tendente a inabilitar ou desclassificar a empresa nos procedimentos licitatórios**, bem como a interromper ou encerrar contratos em execução celebrados com órgão e entes federais:



Com estas considerações, **defiro, liminarmente, o pedido de antecipação da tutela cautelar**, formulado na inicial, para determinar, até o pronunciamento final da Turma julgadora, a suspensão de qualquer ato tendente a inabilitar ou desclassificar a empresa requerente, nos procedimentos licitatórios federais, bem como a interromper ou encerrar contratos em execução, com base no descumprimento do art. 93 da Lei nº 8.213/91.

Em seus fundamentos, o d. Desembargador Relator reconheceu que a G4F comprovou que promove todas as providências que lhe competem para cumprimento da exigência, mas que encontra obstáculos que estão fora de sua seara de controle. Veja-se:

*Na hipótese dos autos, segundo demonstrou a suplicante, a empresa demandante encontra-se na iminência de sofrer sanções, por parte da União Federal, em virtude da possível inabilitação ou desclassificação nos procedimentos licitatórios federais do qual faça parte, bem como interromper ou encerrar contratos em execução, em razão de alegado descumprimento momentânea da exigência legal, constante do artigo 93 da Lei nº 8.213/91, que dispõe acerca da reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da previdência social.*

*Alega que tal dificuldade ocorre em razão da indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária, em quantidade suficiente para atender a mencionada exigência legal, diante das peculiaridades da sua atividade empresarial, a caracterizar, na espécie, a presença do periculum in mora.*

*Importante ressaltar que a requerente comprovou que houve redução de colaboradores desse grupo entre o início do ano passado e o momento atual em razão de rescisões trabalhistas que ocorreram a pedido dos próprios colaboradores PCDs e/ou por “devoluções” dos contratantes da empresa Recorrente, ou seja, por motivos alheios à sua vontade. E, por óbvio, a contratação de mão de obra especializada, especialmente na área de tecnologia, reconhecidamente com déficit de profissionais, não é possível de ser realizada tempestivamente.*

*Ademais, as provas documentais carreadas demonstram que a Recorrente não está inerte no que toca à questão da contratação de pessoas reabilitadas ou com deficiências, haja vista que em menos de 1 (um) ano, observa-se um incremento na ordem de mais de 100% (cento e dez por cento) no número de colaboradores ativos que se enquadram como PCDs ou reabilitados.*

Como se verifica, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região corroborou os fundamentos expostos pela G4F, **tornando ainda mais cristalino que a melhor interpretação da exigência legal em questão é a de que as empresas precisam comprovar que reservam o quantitativo de vagas**



**estabelecido, mas que o efetivo preenchimento dessas vagas não depende unicamente dos entes privados, os quais não podem ser responsabilizados pela indisponibilidade de mão de obra qualificada para a contratação.**

**Reforçando o exposto quanto à *mens legis* da previsão legal em questão, a Advocacia-Geral da União emitiu, recentemente, o PARECER n. 00571/2024/CGSEM/SCGP/CGU/AGU, no qual também reconheceu que há expressa exigência unicamente de reservar os percentuais legais de vagas, o que a G4F, comprovadamente, vem cumprindo estritamente no exercício de sua atividade empresarial.**

Em suas conclusões, a AGU destacou que “restou adotado o entendimento de que a reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, constante do art. 63, IV da Lei de Licitações, **deve ser interpretada como a destinação de cargos e não como a efetiva ocupação de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**”.

Isso porque “nem sempre haverá disponibilidade de pessoas que se enquadrem no quantitativo mínimo abstratamente previsto para beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, não sendo possível penalizar a empresa por tal situação, devendo-se perquirir se o não atingimento da meta se deve a conduta discriminatória ou a negligência no cumprimento do dever jurídico que lhe impõe a norma”.

Como se observa, a AGU apontou como legítima a simples declaração, pela empresa, de que reserva o percentual exigido, uma vez que reste comprovado que moveu todos os esforços possíveis para preencher as vagas reservadas e não obteve sucesso por motivos alheios à sua vontade, assim como fez a G4F.

Mais do que isso, a AGU consignou que “a certidão do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE que informa se a empresa emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número inferior ao percentual estipulado no art. 93, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, não deve ser analisada de forma isolada”.

Isso porque, uma vez demonstrado que houve destinação das vagas para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, mas que tais vagas não foram preenchidas por razões que fogem à ingerência da empresa, apesar da concreta e efetiva busca pelo preenchimento do percentual legal das vagas, “**deve-se considerar atendido o disposto no art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, quer seja na fase de habilitação ou na fase da execução contratual.**”

O entendimento exarado pela principal instituição de interpretação jurídico-normativa do Poder Executivo Federal torna cristalina a necessidade de que a exigência de reserva de vagas, para PCDs e reabilitados da Previdência Social, deve ser interpretada de forma razoável, de modo a não



responsabilizar os entes privados por circunstâncias que fogem ao seu controle e nem prejudicar a satisfação do interesse público com a inabilitação de licitantes que ofereceram propostas mais vantajosas para a Administração.

Desta feita, nos termos em que determinou a decisão em questão, ratificado pelo parecer exarado pela AGU em análise da situação concreta da G4F, **é ilegal e indevida qualquer decisão que inabilite ou desclassifique a G4F com base no descumprimento do art. 93 da Lei nº 8.213/91.**

E, independentemente do âmbito de aplicação da determinação contida na decisão proferida na Ação Cautelar n. 1040485-05.2024.4.01.3400, **é fato que a G4F comprovou judicialmente, perante a AGU e os demais órgãos dos quais participou de licitação, que destina todas as vagas necessárias ao preenchimento de PCD,** não estando totalmente preenchidas por razões alheias à sua vontade. Tais fatos, retratados de forma clara na decisão judicial e parecer anexos, não pode ser desconsiderada pela Administração, seja ela de âmbito federal, estadual ou municipal, sob pena de se afastar a melhor proposta à Administração, e por violação dos princípios do formalismo moderado, da razoabilidade e da própria isonomia, conforme será abordado adiante.

Por fim, convém destacar, apenas a título argumentativo, as inúmeras ações que a G4F vem tomando para a contratação de pessoas com deficiência ou reabilitadas.

Ao longo dos anos, a G4F vem lançando diversas ações com o intuito de aumentar o quantitativo de empregados portadores de deficiência e/ou reabilitados da previdência social. O sucesso de tais medidas pode ser comprovado pela evolução do número de colaboradores que preenchem tais requisitos entre os meses de novembro de 2023 a outubro de 2024. Veja-se:

Mês/Ano	Quantidade de PCDs
<b>Novembro/2023</b>	95
<b>Dezembro/2023</b>	93
<b>Janeiro/2024</b>	96
<b>Fevereiro/2024</b>	93
<b>Março/2024</b>	95
<b>Abril/2024</b>	96
<b>Maio/2024</b>	99
<b>Junho/2024</b>	106
<b>Julho/2024</b>	117
<b>Agosto/2024</b>	125
<b>Setembro/2024</b>	129
<b>Outubro/2024</b>	140



Observa-se que, em menos de 1 (um) ano, houve um incremento da ordem de mais de 30% (trinta por cento) no número de colaboradores ativos que se enquadram como PCDs ou reabilitados. Esse contexto demonstra os esforços e a seriedade com que a G4F vem tratando essa questão dentro da empresa.

Percebe-se que, apesar de cenário desfavorável para a contratação de profissionais PCDs e/ou reabilitados, a G4F vem agindo com excesso de diligência para, cada vez mais, contar com a colaboração de profissionais que se enquadram nesses grupos.

Dentre exemplos de providências tomadas pela G4F para o aumento do número de funcionários PCDs e/ou reabilitados, é possível citar as seguintes:

1. Ampla e constante divulgação de vagas pelos seguintes meios:
  - LinkedIn;
  - Rádio Atividade FM;
  - Jornal Correio Braziliense;
  - Sites especializados em pessoas com deficiência (PCD Online);
  - Site Jobconvo (exclusivo para PCDs); dentre outros.
2. Celebração de parcerias com diversas instituições, dentre as quais cita-se: Secretaria da Pessoa com Deficiência, Fórum de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Deficiência e dos Reabilitados pelo INSS-FimtPoder, Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni – CEAL-LP, OSCEIA-GO;
3. Relevantes campanhas e ações de conscientização e inclusão da pessoa com deficiência.
4. Realização periódica de Censo interno, com o objetivo de identificar profissionais com deficiência dentro do quadro de colaboradores da empresa e que não tenham se declarado no momento da contratação;
5. Contratação de empresa de recrutamento especializado (PCD+);
6. Criação do Programa Educa+ Diversidade, o qual tem como objetivo capacitar 160 (cento e sessenta) profissionais PCDs;
7. Participações em audiência promovidas pelo Ministério Público do Trabalho;
8. Além disso, a G4F persiste na busca pelo apoio de organizações que prestam assistência a pessoas com deficiência (PCD), como o IPC (Instituto Pró-Cidadania), a AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente), e a Defensoria Pública do DF, tendo tais ações ajudado a impulsionar o quantitativo de empregados com deficiência, mas ainda assim não se alcançou a cota legal se considerado o universo global de empregados.





Portanto, resta comprovado que a G4F vem lançando relevantes ações com o intuito de aumentar o quantitativo de empregados com deficiência e/ou reabilitados da previdência social.

Acerca de todas as ações que a G4F tem empreendido na busca pela contratação de profissionais que se enquadram PCDs ou reabilitados, os esforços da empresa tem sido amplamente reconhecidos por diversos órgãos integrantes da Administração Pública como, por exemplo, DNIT (PE 90107/2024), CFC (PE 17/2023) e MGI (PE 08/2023), que analisou cuidadosamente os argumentos e vasta documentação trazidos pela G4F nos certames mencionados e, acertadamente, decidiram pela habilitação da empresa.

Todavia, a busca por profissionais para ocupar esses cargos tem sido frequentemente frustrada, uma vez que a grande maioria dos candidatos que vêm demonstrando interesse pelas oportunidades oferecidas não possuem qualificação para as atividades a serem desempenhadas.

É importante ressaltar que a empresa licitante atua em nicho muito especializado, e seus contratantes buscam exatamente essa especialidade, sendo que a grande maioria das vagas exige sensível conhecimento e capacitação, como certificações e/ou pós-graduações em áreas muito técnicas, requisitos que não podem ser flexibilizados em decorrência da legislação que rege as contratações públicas.

Com efeito, os mencionados requisitos são exigência dos editais que regem os certames e retratam o interesse público quanto ao preenchimento de postos de trabalho essenciais ao atendimento das necessidades que fundamentam as próprias contratações públicas.

O próprio edital do presente certame enumera inúmeras habilidades e certificações exigidas para os profissionais da empresa que prestarão os serviços licitados.

Tal peculiaridade torna a contratação de empregados algo deveras complexo, sendo importante ressaltar que a empresa não tem qualquer ingerência na definição dos perfis profissionais presentes nos editais de licitação, já que é apenas do próprio órgão a competência para tanto.

Portanto, não existe a possibilidade de flexibilizar requisitos técnicos previstos em Edital, sendo obrigatório que os profissionais alocados na execução dos serviços atendam integralmente aos requisitos técnicos.

Em suma, não há oferta suficiente de mão de obra de pessoas com deficiência/reabilitadas que se encaixem no perfil da atuação da empresa e, mais importante, no perfil de qualificação/capacitação exigido pelos órgãos públicos licitantes.



**O fato é que a G4F, efetivamente, cumpre a exigência legal de reservar um quantitativo de vagas para PCDs e reabilitados, contudo, não consegue preenchê-las devido à ausência de interessados capacitados.**

Deve-se levar em consideração o fato de que o cumprimento da exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social encontra diversos empecilhos, de modo que a empresa pode cumprir a exigência da reserva de vagas e não conseguir preenchê-las por razões que fogem à sua vontade e ao seu controle.

**Por tais razões, acertadamente, o Judiciário e o Poder Executivo Federal, pela Advocacia-Geral da União, reconheceram que “deve-se considerar atendido o disposto no art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, quer seja na fase de habilitação ou na fase da execução contratual.” pela G4F.**

Improcede, destarte, o argumento da Recorrente, não havendo que se falar em desclassificação da proposta da Recorrida.

### **III.II - Da abrangência da penalidade aplicada pela AMAZUL**

A Recorrente afirma de forma leviana e inverídica de que a habilitação da G4F encontraria óbice em razão de penalidade aplicada no âmbito da AMAZUL, utilizando-se de jurisprudência já superada e, ainda, referindo-se à penalidade disposta na Lei nº 8.666, art. 87, inciso III, esta que JAMAIS foi aplicada à G4F.

Acerca da penalidade aplicada pela Amazul à G4F, alguns esclarecimentos se fazem necessários, principalmente no que diz respeito à sua abrangência.

No dia 25/04/2024, a Amazul aplicou a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação promovida pela empresa pública contra a G4F, ante a suposta inexecução total ou parcial do contrato firmado entre as partes.

A penalidade em questão determinou a suspensão do direito da empresa de licitar com a mencionada companhia pública pelo prazo de 2 (dois) anos.

Tal sanção, conforme expressamente consignado no próprio Portal da Transparência, é aplicável somente no âmbito dos contratos e licitações promovidas pelo órgão sancionador, qual seja, a Amazul. Confira-se:







Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**ANEXO**  
**Impedimentos de Licitar**

**Dados do Fornecedor**  
CNPJ: 07.094.346/0001-45 DUNSR: 898042223  
Razão Social: G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA  
Nome Fantasia: G4F  
Situação do Fornecedor: Credenciado

**Impedimento de Licitar no Âmbito:**  
COMANDO DA MARINHA / 710300-AMAZONIA AZUL TECNOL. DE DEFESA S.A

A penalidade foi aplicada de forma completamente indevida e está sendo devidamente questionada na esfera judicial através do processo judicial nº 1032267-85.2024.4.01.3400 em trâmite na Seção Judiciária do Distrito Federal.

Inclusive, importante registrar que o Tribunal de Contas da União, durante o julgamento do TC 010.194/2024-0, consignou expressamente que a mencionada penalidade teria abrangência somente no âmbito da Amazul.

Durante o julgamento do caso, a Unidade Técnica responsável pelo caso no TCU registro que:

“Quanto à abrangência da sanção, destaca-se que é restrita ao órgão sancionador (Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A – Amazul S.A., Uasg 710300, sociedade de economia mista vinculada ao Comando da Marinha/Ministério da Defesa), conforme consta da peça 9, p. 1, 7 e 9, pessoa jurídica distinta do órgão promotor do certame questionado, que é o próprio Comando da Marinha, órgão da administração direta federal, por intermédio de sua Diretoria de Abastecimento da Marinha, embora estatal vinculada. a esse órgão ministerial.(...) Verifica-se que o art. 83, inciso III, da Lei 13.303/2016 é expresso em circunscrever o alcance da sanção a licitar e contratar “com a entidade sancionadora”. Portanto, não procedem as alegações do denunciante, considerando que o impedimento de licitar e contratar aplicado à empresa G4F Soluções Corporativas Ltda. é restrito à Amazul S.A., no período de vigência imputado, não se estendendo aos demais órgãos ou entes da Administração Pública, incluindo o Comando da Marinha. Nesse sentido, a empresa G4F não se encontrava impedida de participar do certame em tela, nem se encontra impedida de ser contratada em caso de sua seleção no procedimento.”



Veja-se que o TCU, órgão de controle externo do Poder Público, esclareceu que a penalidade aplicada tratava-se daquela descrita no art. 83, inciso III, da Lei 13.303/2016, e registrou que não existiria qualquer impedimento/impossibilidade da G4F Soluções Corporativas Ltda. ser contratada pela Administração Pública em geral ou por qualquer outra entidade, seja ela pública ou privada.

Ao contrário do que afirma a Recorrente, a penalidade aplicada pela Amazul à G4F em nada se assemelha com a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei 8.666/93, que, inclusive, sequer se aplica à Amazul, dada a sua natureza jurídica.

A Recorrente fundamenta suas razões recursais em legislação que não se aplica ao caso concreto, fazendo analogias descabidas conforme seu interesse pessoal e faltando com a verdade a todo momento, tentando enganar e induzir o FNDE a erro.

Vale ratificar que tal penalidade está, atualmente, em discussão no âmbito do Poder Judiciário, Processo nº 1032267-85.2024.4.01.3400, com o objetivo de que reste consignada a perfeita atuação da empresa em todos os contratos em que faz parte.

Assim, apenas para que não restem quaisquer dúvidas, reforça-se que a penalidade aplicada tem abrangência apenas no âmbito da Amazul, não produzindo quaisquer efeitos na participação deste certame pela G4F e, tampouco, na assinatura do contrato entre as partes.

Inexiste qualquer impedimento à habilitação da G4F neste certame, conforme previsões legais e jurisprudência da Corte de Contas da União. Além disso, tal medida prestigia os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade que devem ser observados nas licitações públicas.

Nessa seara, a desclassificação da G4F, que apresentou a proposta mais vantajosa, seria uma patente violação aos princípios da legalidade, economicidade e vantajosidade, de modo que a decisão do Sr. Pregoeiro deve ser mantida.

### **III.III - Da exequibilidade da proposta da Recorrida**

Defende a Recorrente que a proposta da Recorrida seria inexecutável, afrontando os itens 3.6, 3.6.8 e 3.12 do edital, uma vez que a empresa teria apresentado fator k inferior a 1,95, previsto no edital e não teria logrado comprovar o cumprimento do item 7.9.1 do edital.

Aduz que os três contratos apresentados posteriormente, em diligência, pela G4F, caracterizariam documento novo e não se poderia promover diligências para permitir a apresentação de documento novo ou a substituição de documento apresentado, sob pena de violação dos princípios da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa, da igualdade, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da segurança jurídica, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.



Afirma, por fim, que nenhum dos três contratos teria comprovado o atendimento dos requisitos do item 7.9.1 do Edital.

Inicialmente, convém lembrar que o Fator K é um indicador de economicidade, aplicável a serviços terceirizados contínuos que envolvem a alocação de empregados nas instalações do contratante e que se presta a aferir o tempo em que uma empresa poderia manter a contratação ainda que despida do recebimento do pagamento devido.

A G4F apresentou um Fator K de 1,94, ligeiramente abaixo do limite de 1,95, estabelecido no edital, o que já denota uma diferença mínima em relação ao exigido. Ainda assim, em atenção ao edital, a Recorrida apresentou documentos complementares comprobatórios de sua exequibilidade.

A documentação apresentada pela G4F, que inclui contratos, termos aditivos e planilhas de composição de custos, demonstra claramente a exequibilidade da proposta e o cumprimento dos requisitos do edital, o que foi devidamente atestado na análise técnica do FNDE, registrada na Nota Técnica nº 4575979/2025/CGGOV/DIRTI, que avaliou de forma minuciosa a adequação e a exequibilidade da proposta da G4F, tendo concluído que a empresa logrou comprovar satisfatoriamente todos os itens dispostos no item 7.9.1 do Edital.

Convém ainda aclarar que referido item não indica que a empresa deve comprovar obrigatoriamente todos os subitens do item 7.9.1 do Edital. A palavra “em especial” indica que os fatores ali previstos serão particularmente analisados pela Administração, porém o exame da exequibilidade da proposta não é e nem pode ser feito baseado literalmente em nomenclaturas específicas de contratos ou salários desatualizados.

A exequibilidade da proposta comporta uma análise ampla da liquidez e solidez da empresa, analisada caso a caso, diante de uma visão macro e micro da capacidade de gerenciamento ótimo de recursos e permite **vasta comprovação por parte da licitante, não se tratando, neste caso, de discutir qualquer tipo de “documento novo”**.

Inicialmente, em relação à alegação de que os contratos apresentados pela G4F não são adequados para comprovar a exequibilidade da proposta, especialmente devido à diferença no objeto, é importante destacar que o edital não exige que os objetos dos contratos anteriores sejam idênticos ao da licitação, mas sim que os serviços prestados sejam similares em termos de natureza e complexidade.

Os contratos firmados com a Apex-Brasil, o MEC e o TSE cumprem essa exigência, pois os serviços prestados nesses contratos envolvem perfis profissionais e exigências semelhantes aos previstos no edital. A Nota Técnica do FNDE esclarece a compatibilidade entre os perfis e salários dos contratos apresentados e os exigidos pelo edital. Confira-se:



#### **7.2.6. Da análise do Contrato #06 (APEX-BRASIL)**

O contrato com a Agência de Promoção de Exportações do Brasil ("APEX BRASIL") foi firmado em 23/12/2020, por ciclos prorrogáveis, estando vigente até 23/12/2025 (cfe. 3º Termo Aditivo) - sendo que no momento desta análise o contrato contabilizava 48 (quarenta e oito) meses de execução - o que atende ao disposto no subitem 7.9.1.3, portanto, o referido contrato serve ao propósito de comprovação da exequibilidade no âmbito do presente processo.

Quanto à similaridade do objeto temos que o referido contrato envolve prestação de "serviços especializados em Tecnologia da Informação, por meio da execução de atividades sob demanda e remuneradas em Unidades de Serviço Técnico (UST), por profissionais com os perfis de Analista de Sistemas, Arquiteto de Software e Consultor de Sistemas". Por conseguinte, analisando a listagem de perfis e suas respectivas atividades, consideramos que há pertinência técnica (similaridade) entre o objeto da avença com aquele pretendido pelo FNDE.

Quanto aos perfis contratados, seus respectivos requisitos, remuneração e custos, conforme apresentado na sua Cláusula Quarta do Contrato e suportado pelos documentos complementares fornecidos pela LICITANTE, temos o seguinte:

(...)

Assim, de modo geral, o Contrato #06, corroborado pelas informações complementares encaminhadas pela LICITANTE, atende aos requisitos descritos no item 7.9.1 do Edital e seus subitens - contribuindo na demonstração da exequibilidade da proposta por possuir período de execução superior a 24 meses, conter profissionais com qualificação equivalente ou superior às exigidas nesta licitação (por analogia), demonstrar pagamento de salários iguais ou superiores aos especificados pelo FNDE e possuir Fator-K igual ou inferior aos apresentados na proposta da licitante ao FNDE.

#### **7.2.7. Da análise do Contrato #07 (MEC)**

O contrato com a Ministério da Educação ("MEC") foi firmado em 17/03/2021 com vigência inicial pelo prazo de 12 meses, prorrogado por sucessivos termos aditivos e estando vigente até 17/03/2025. Portanto, na data desta análise o contrato perfaz 46 (quarenta e seis) meses de execução - o que atende ao disposto no subitem 7.9.1.3, servindo esse instrumento ao propósito de comprovação da exequibilidade no âmbito do presente processo.

Quanto à similaridade do objeto temos que o referido contrato envolve



prestação de "serviços auxiliares de apoio técnico e especializado em atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação". Por conseguinte, analisando o Termo de Referência e a listagem de perfis e suas respectivas atividades, consideramos que há pertinência técnica (similaridade) entre o objeto da avença com aquele pretendido pelo FNDE.

Quanto aos perfis contratados, seus respectivos requisitos, remuneração e custos, conforme apresentado na sua Cláusula Quarta do Contrato e suportado pelos documentos complementares fornecidos pela LICITANTE, temos o seguinte:

(...)

**Considerando que as referências salariais se basearam na Proposta Comercial original da LICITANTE para o Pregão nº 27/2020, ocorrido em 28/12/2020, visto que a licitante não apresentou planilhas mais recentes, entendemos necessário atualizar tais valores considerando os índices de reajuste referenciados nas Convenções Coletivas da categoria para os anos subsequentes, conforme disponíveis no sítio do SINDPD-DF ([https://www.sindpd.df.org.br/acordo\\_particulares.php](https://www.sindpd.df.org.br/acordo_particulares.php))**

Quanto aos requisitos de qualificação, o Edital do Pregão Eletrônico nº 27/2020, que deu origem ao Contrato nº 07/2021, trouxe o seguinte:

Assim, de modo geral, o Contrato #07, corroborado pelas informações complementares encaminhadas pela LICITANTE, também atende aos requisitos descritos no item 7.9.1 do Edital e seus subitens - contribuindo na demonstração da exequibilidade da proposta por possuir período de execução superior a 24 meses, conter profissionais com qualificação equivalente ou superior às exigidas nesta licitação (por analogia), demonstrar pagamento de salários iguais ou superiores aos especificados pelo FNDE e possuir Fator-K igual ou inferior aos apresentados na proposta da licitante ao FNDE.

#### **7.2.8. Da análise do Contrato #08 (TSE)**

O contrato com a Tribunal Superior Eleitoral ("TSE") foi firmado em 25/06/2020 com vigência inicial pelo prazo de 24 (vinte e quatro meses), estando vigente até a presente data por meio dos termos aditivos de prorrogação. Portanto, na data desta análise o contrato perfaz 54 (cinquenta e quatro) meses de execução - o que atende ao disposto no subitem 7.9.1.3, servindo esse instrumento ao propósito de comprovação da exequibilidade no âmbito do presente processo. Quanto à similaridade do objeto temos que o referido contrato envolve prestação de "serviços de apoio ao planejamento e à gestão de Tecnologia da Informação (TI)". Por conseguinte, analisando o Termo de



Referência e a listagem de perfis e suas respectivas atividades, consideramos que há pertinência técnica (similaridade) entre o objeto da avença com aquele pretendido pelo FNDE. Quanto aos perfis, considerando a Cláusula Quinta do contrato original e os efeitos do 8º Termo Aditivo, temos o seguinte:

(...)

Desse modo, de modo geral, o Contrato #08, corroborado pelas informações complementares encaminhadas pela LICITANTE, também atende aos requisitos descritos no item 7.9.1 do Edital e seus subitens - contribuindo na demonstração da exequibilidade da proposta por possuir período de execução superior a 24 meses, conter profissionais com qualificação equivalente ou superior às exigidas nesta licitação (por analogia), demonstrar pagamento de salários iguais ou superiores aos especificados pelo FNDE e possuir Fator-K igual ou inferior aos apresentados na proposta da licitante ao FNDE.

Veja que a equipe técnica do FNDE ainda teve o cuidado de atualizar o valor das referências salariais que basearam a Proposta Comercial original para o Pregão nº 27/2020-MEC, ocorrido em 28/12/2020, considerando os índices de reajuste referenciados nas Convenções Coletivas da categoria, para que sua análise pudesse refletir a realidade dos valores atualmente praticados.

E, embora os contratos apresentados possuam formas distintas de cobrança, todos eles comprovam a quantidade de horas de serviços prestados (HST e/ou UST) e os perfis necessários para a execução dos serviços licitados, conforme exigido no edital. Por tal razão, concluiu brilhantemente a Nota Técnica:

In fine, quanto à análise da exequibilidade da PROPOSTA, considerando as exigências de comprovação da exequibilidade da proposta, cuja responsabilidade pelo fornecimento da documentação exigida é de única e exclusiva responsabilidade da contratada, entendemos que a LICITANTE logrou êxito em cumprir de forma adequada os requeridos dispostos no item 7.9.1 do Edital - restando satisfatoriamente comprovada a exequibilidade de sua proposta, considerando:

- a) Comprovação satisfatória de pagamento de salários iguais ou superiores aos especificados no Termo de Referência da presente contratação (item 7.9.1.1);
- b) Comprovação satisfatória da alocação de profissionais com qualificação equivalente ou superior à exigida no Termo de Referência da presente contratação (Item 7.9.1.2);
- c) Comprovação satisfatória da execução satisfatória em outro órgão público ou privado de objeto similar ao da presente contratação, com prazo não inferior





a 24 meses de vigência (item 7.9.1.3); e

d) Comprovação satisfatória da execução de contratos com Fator-K igual ou inferior ao apresentado em sua proposta

Saliente-se ainda que o envio desses três contratos em diligência não configura "documento novo", mas complementação de documentos que já existentes antes da abertura do certame e que apenas comprovam condições previamente atendidas pelo licitante. Dessa forma, a inclusão dos documentos não fere os princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes, tampouco compromete a transparência e a regularidade do procedimento licitatório.

O TCU promoveu a interpretação do art. 64 da Lei 14.133 por meio do paradigmático Acórdão 1.211/2021-Plenário. O resultado deu origem ao seguinte enunciado de jurisprudência:

[...] a vedação à inclusão de novo documento novo, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

A jurisprudência do TCU, como exemplificado no Acórdão 1.211/2021, destaca que "não se considera novo documento aquele que, embora juntado posteriormente, comprova uma condição preexistente à abertura da sessão pública do certame". Nesse sentido, é perfeitamente admissível a juntada posterior de documentos, desde que se refiram a condições que já estavam presentes antes da abertura do certame, e que não alterem as condições originais da proposta apresentada.

Em alinhamento com essa interpretação, o Ministro Relator do Acórdão 1.211/2021 afirmou que:

(...) admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

A flexibilidade na apresentação de documentos, como reafirmado em diversas decisões do TCU, é uma medida que visa garantir que a licitação resulte na contratação mais vantajosa para a



Administração, sem comprometer a legalidade do processo. O TCU possui diversos acórdãos referentes ao assunto:

- No Acórdão 2.443/2021, o TCU reconheceu a ilegalidade da inabilitação de licitante que apresentou uma Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida 84 dias após a abertura da licitação. A CAT se referiria à condição preexistente.
- No Acórdão 2.528/2021, o TCU entendeu ilegal a inabilitação de licitante que deixara de apresentar declaração de inexistência de nepotismo. Nesse caso, o TCU reputou cabível a apresentação do documento após o início do certame.
- No Acórdão 988/2022, o TCU afastou a inabilitação de empresa que não apresentara o atestado de visita técnica nem a declaração da concordância com as disposições do instrumento convocatório. Nesse caso, o Relator esclareceu que, “Conquanto seja fundamental no Direito Administrativo, o princípio da legalidade não é absoluto. No caso concreto, parece-me claro que sua aplicação irrestrita operou contra a obtenção da melhor proposta e do alcance do interesse público, sendo apropriado ponderar a aplicação da salutar flexibilização do formalismo.”

Não obstante isso, convém falar que não se trata de comprovação de habilitação, mas de exequibilidade, que permite amplo aspecto de prova pelo licitante, **sem limitações, sendo, pelo contrário, abusiva a desclassificação de licitante por inexecuibilidade sem que lhe tenham sido dadas todas as oportunidades de comprovação nesse quesito. Nesse sentido:**

9.6.3. desclassificação de diversas licitantes na fase de disputa de lances do Pregão Eletrônico 35/2013-HGeRJ, ao argumento de que as propostas eram manifestamente inexecuíveis, pois estariam muito abaixo do valor orçado pela administração ou dos preços praticados pelo mercado, a exemplo do ocorrido nos itens 2 e 3 do aludido certame, sem comprovação da efetiva inexecuibilidade das propostas, em afronta ao disposto no art. 43, § 3.º, da Lei 8.666/1993, e contrariando os Acórdãos 3.092/2014, 1.092/2013, 2.528/2012 e 2.068/2011, todos do Plenário, relatores os Ministros Bruno Dantas, Raimundo Carreiro, André Luís de Carvalho e Augusto Nardes

(Acórdão 4.447/2020, 2. Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz);

(...) a jurisprudência consolidada desta Corte (a exemplo da Súmula 262 e do Acórdão 2528/2012-TCU-Plenário, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho) pugna que (...) consiste em mera presunção, relativa, de inexecuibilidade, sendo que tal desclassificação deve ser objetivamente demonstrada e, ademais, o licitante deve ter a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta



(Acórdão 3.018/2020, Plenário, rel. Augusto Sherman).

Em face do exposto, a G4F reafirma a legalidade e a regularidade de sua proposta, que atendeu integralmente a todas as exigências do edital. A diligência realizada pelo FNDE foi legítima, pois teve como objetivo esclarecer eventuais dúvidas, sem alterar as condições originais da proposta e serviram apenas para complementar a documentação para comprovação de sua exequibilidade.

#### **IV – CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, comprovado que a Recorrida atende a todos os requisitos do edital, bem como a improcedência de todos os fundamentos contidos nas razões recursais ofertadas pela Recorrente, requer-se a manutenção da decisão que habilitou e declarou a G4F como vencedora do certame ora em debate.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 29 de janeiro de 2025.

**ELMO TOLEDO LACERDA**  
**PRESIDENTE**  
**G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA.**



**Brasília - DF, 70712-900**  
**SCN Q 2 BL A - Asa Norte,**  
**Corporate Financial Center**  
**Sala 602**

**61 3773-2000**  
**contato@g4f.com.br**  
**www.g4f.com.br**